

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



**PROJETO DO CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA
GRADUADO NÃO-LICENCIADO**

**LAGES
2015**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



**PROJETO DO CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA
GRADUADO NÃO-LICENCIADO**

Projeto do Curso de Formação Pedagógica para
Graduado Não-Licenciado apresentado ao
Conselho Universitário da Universidade do
Planalto Catarinense - Uniplac.

**LAGES
2015**

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE	5
1.1	Nome da Mantenedora	5
1.2	Nome da Mantida	5
1.3	Endereço do Curso	5
2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2.1	Nome do Curso	6
2.1.1	Certificação	6
2.2	Atos Legais	6
2.3	Carga Horária Total do Curso	6
2.4	Numero de Vagas	6
2.5	Periodicidade	6
2.6	Integralização	7
2.7	Turnos de Funcionamento do Curso	7
2.8	Modalidade de Oferta	7
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	8
3.1	Contexto Educacional e Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	8
3.1.1	Política das Licenciaturas na Uniplac	9
3.2	Relevância Social	12
3.3	Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso	13
3.3.1	Articulação entre o Ensino e a Pesquisa	14
3.3.2	A Articulação entre Ensino e Extensão	17
3.3.3	A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	19
3.4	Concepção de Ensino do Curso	20
3.5	Perfil Profissional do Curso	21
3.6	Objetivo do Curso	22
3.7	Público potencial	22
3.8	Campos de atuação do Egresso	22
3.9	Conteúdos Curriculares	23
3.10	Estrutura Curricular distribuída por Semestre e Carga Horária	24
3.11	Requisitos Legais	26
3.11.1	Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos	26
3.11.2	Educação Ambiental	26
3.12	Ementário e Referências	27

3.13 Metodologia	36
3.14 Estágio Curricular Obrigatório	37
3.15 Atividades Complementares	38
3.16 Integração com as Redes Públicas de Ensino	39
3.16.1 Convênio de Cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade do Planalto Catarinense	39
3.17 Atividades Previstas de Apoio aos Estudantes.....	40
3.17.1 Apoio aos Discentes	40
3.17.2 Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	42
3.17.3 Acessibilidade do Estudante com Deficiência.....	43
3.17.4 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino Aprendizagem.....	44
3.18 Processo de Avaliação do Curso.....	45
3.19 Autoavaliação do Curso.....	46
3.20 Integração com as Redes Públicas de Ensino	47
3.21 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid	47
3.22 Convênio de Cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade do Planalto Catarinense	49
3.23 Tecnologias de informação e comunicação	49
4 CORPO DOCENTE	51
4.1 Perfil do Docente do Curso e do Coordenador do Curso	51
4.2 Núcleo Docente Estruturante	52
4.3 Colegiado	52
4.3 Produção Científica Cultural, Artística ou Tecnológica	52
5 INFRAESTRUTURA	53
5.1 Sala de Professores	53
5.2 Salas de Coordenações de Curso	53
5.2.1 Apoio Acadêmico	54
5.3 Sala de Aula	54
5.4 Biblioteca.....	54
5.5 Gabinete de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI.....	55
5.6 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	55
5.7 Laboratórios	55
6 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	56
7 REFERÊNCIAS	57

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

1.1 Nome da Mantenedora

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense.

CNPJ: 84.953.579/0001-05.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário.

Município: Lages/SC.

CEP: 88.509-900.

Contato: Fone: (49) 3251-1002 - Fax: (49) 3251-1002.

email: secfundacao@uniplaclages.edu.br - *homepage:* <http://www.uniplac.net>.

1.2 Nome da Mantida

Razão Social: Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário.

Município: Lages/SC.

CEP: 88.509-900.

Contato: Fone: (49) 3251-1022 - Fax: (49) 3251-1051.

email: uniplac@uniplaclages.edu.br - *homepage:* <http://www.uniplac.net>.

Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

1.3 Endereço do Curso

Avenida Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário.

Cep: 88 509-900 – Lages/SC - Fone: (49) 3251 1022 - Fax: (49) 3251 1051.

email: uniplac@uniplaclages.edu.br - *homepage:* <http://www.uniplac.net>.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso

Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado.

2.1.1 Certificação

Certificado de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado.

2.2 Atos Legais

O projeto original do curso foi elaborado em conformidade com a Resolução CNE/CP n° 2, de 1° de julho de 2015.

2.3 Carga Horária Total do Curso

Carga horária de 1.290 horas, mais 200 horas de Atividades Complementares, totalizando 1.490 horas e 1.548 horas/aula, equivalente a 86 créditos.

2.4 Numero de Vagas

80 vagas anuais, sem compartilhamento de disciplinas.

50 vagas anuais, com compartilhamento de disciplinas.

2.5 Periodicidade

Semestral.

2.6 Integralização

Mínimo: 2 anos / 4 semestres.

Máxima: 4 anos / 8 semestres, conforme Resolução Consuni n. 172, de 25/05/2015.

2.7 Turnos de Funcionamento do Curso

Sextas-feiras no período noturno e sábados no período diurno - regime especial.

2.8 Modalidade de Oferta

Presencial, com 20% semipresencial, conforme autorizado pela Portaria n. 4.059, de 10/12/04 do Ministério da Educação.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Contexto Educacional e Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Os cursos de graduação na Uniplac se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Assim sendo, os cursos de graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação nas diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI 2010/2018.

Assegurada nas legislações pertinentes e nas necessidades de seu entorno, a Uniplac vem proporcionando cursos de graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias, desde a década de 60 e 70 do Séc. XX. Estes cursos têm oferecido titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da Uniplac é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da Uniplac estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

Nessa perspectiva geral, insere-se também o Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado.

O Projeto Pedagógico do Curso, como instrumento estratégico norteador de ações e esforços a serem desenvolvidos em direção a objetivos e compromissos futuros, foi construído a partir da legislação e normas pertinentes, de análises situacionais do ambiente interno da Universidade e do ambiente geral que o cerca.

Como vetor para suprir as demandas e exigências do meio, o Projeto Pedagógico incita o permanente desencadear de novos comportamentos dos agentes que direta ou indiretamente, de uma forma ou de outra, encontrem-se vinculados ao Curso.

Assim, criar e manter alto padrão de desempenho no processo de ensino e aprendizagem é a ordem. Formar cidadãos altamente profissionais é a diretriz a ser permanentemente seguida.

O Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado, pela concepção caracterizada neste projeto, ao ser estruturado para formar e qualificar pessoas para atuar com eficiência e eficácia na sua área de formação, justifica-se como importante.

3.1.1 Política das Licenciaturas na Uniplac

A política institucional da Uniplac se faz considerando o contexto socioeconômico, cultural e como se apresenta o mundo do trabalho em nossa região, para tal “vem proporcionando cursos de graduação em diferentes modalidades, turnos, regimes de oferta e flexibilizações curriculares” (PDI, 2010, p.64).

No final de 2006 foram aprovadas as políticas das licenciaturas na Uniplac e a sua implantação representou e representa uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, transgride a perspectiva disciplinar e articula no planejamento das atividades acadêmicas a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas, conceitos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.



Política das Licenciaturas com Disciplinas Compartilhadas da Uniplac

Neste sentido a carga horária total dos cursos está dividida em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas, atividades complementares e estágios curriculares obrigatórios.

Nesta política é necessário planejar a formação continuada para construir no processo a formação de professores do ensino superior que irão trabalhar nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

O planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



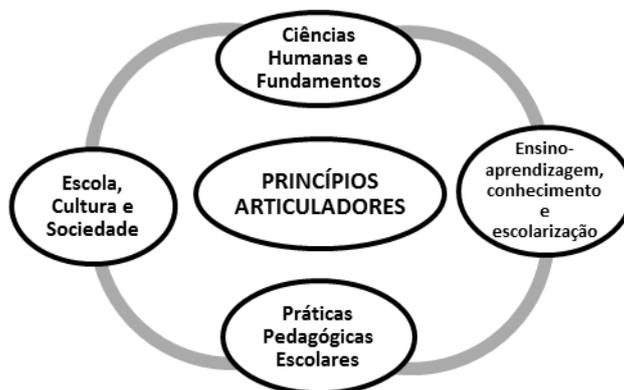
Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da Uniplac inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço possibilitador para o professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que “a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal”. (NÓVOA, 1995, p.25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazer docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.



Princípios Articuladores das Licenciaturas

Diante disso, os cursos de Licenciatura da Uniplac articulam-se entre si e com a Instituição ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

3.2 Relevância Social

No Brasil, a formação de professores para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio é responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União o papel de incentivar, traçar diretrizes por meio do Plano Nacional de Educação, financiar parcialmente e regular as políticas regionais.

O cenário da Educação Básica no Brasil não é animador. O país é um dos líderes mundiais em reprovação nos primeiros anos do ensino fundamental. A metade dos alunos que ingressam no ensino fundamental não consegue avançar na aprendizagem, pois o sistema não oferece as condições de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever. A má qualidade perpassa todo o sistema, também para aqueles que conseguem superar as fases iniciais.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Um deles, não o menor, é a falta de políticas públicas para a educação e para a carreira dos professores, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio para as políticas governamentais.

Os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora - reconheça-se -, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país.

A região carrega, até hoje (2015), índices de desenvolvimento humano abaixo da média do estado, realidade que vai comandar as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense (Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2018, p. 60).

Diante de tal quadro, hoje, após 15 anos de existência, quais serão as expectativas da Uniplac na relação com a sua Região? Se a melhor parte da história é a que está por vir, quando pensamos a Uniplac será preciso voltarmos para o futuro e mostrá-la como intenção e esforço teórico e prático para não frustrar as expectativas de seu entorno.

Nesse sentido é que, com Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), quando tratam de definir uma Universidade socialmente relevante, os grandes desafios da Educação Superior situam-se em 3 níveis principais:

- A luta por padrões de qualidade;
- A universalidade de acesso;
- A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a instituição Uniplac, antes de mais nada buscará **garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade**. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à **garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas**. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à **conquista da relevância social**. (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas da Região, a Uniplac deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo local e regional precisa. Daí decorre que as políticas institucionais e as matrizes curriculares têm que estar comprometidas com as metas da relevância social. Assim, ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação terão que estar intimamente inter-relacionados, não apenas como opção, mas como atividades curriculares obrigatórias e estruturantes.

Sob estas diretrizes, coloca-se a Universidade de fato como instituição sintonizada nos problemas regionais e do país, atenta às necessidades de inovação e qualidade, e mediadora da relação comunidade acadêmica e comunidade externa, em direção aos objetivos e metas acima explicitados.

3.3 Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso

A Uniplac, na condição de universidade, sustenta-se na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a

descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no Ensino, mas também na produção de conhecimento, por meio da Pesquisa acadêmica, e na sua aplicação – Extensão - na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

3.3.1 Articulação entre o Ensino e a Pesquisa

A educação no Brasil, “como direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1998), visa ao preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho das pessoas, com vistas a transformar e melhorar a vida em comunidade. Nas disposições legais brasileiras acerca das Instituições de Ensino Superior, registra-se que essas instituições devem garantir a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Pesquisar se coloca, portanto, como um dos pilares da Universidade e se caracteriza conceitualmente pela busca de tornar conhecido algum aspecto desconhecido da realidade. Conforme Demo (1997), a pesquisa é o questionamento e a intervenção sistemáticos, rigorosos, críticos e criativos, em diálogo permanente, teórico e prático, com a realidade. A transformação – de desconhecido para conhecido – é o que pode ser entendido como “conhecimento produzido”, ou seja, produto e processo da pesquisa.

Salienta-se que essa realidade se coloca como desafio para a Universidade atualmente, tendo em vista que é nos cursos de graduação que os estudantes iniciam o contato mais efetivo com os métodos de investigação científica e os processos de pesquisa. Nessa acepção, cabe à graduação despertar o acadêmico para a pesquisa científica e desenvolver o espírito ético e profissional nos seus estudantes.

A Uniplac é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de graduação e pós-graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

- **Educação**, como natureza e especificidade do trabalho da Universidade, com base nos conceitos desenvolvidos por Dermeval Saviani, nas obras “Escola e Democracia” e “Pedagogia Histórico-crítica”.
- **Trabalho**, conceito marxista de produção da existência humana e não somente a venda da força produtiva por um salário.
- **Política**, ou a arte de laborar em prol do bem-estar social.

A partir daí, uma redefinição das linhas de Pesquisa da Uniplac aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo Consuni em 15/12/2011, com o Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

- Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
- Educação, cultura e políticas públicas.
- **Trabalho, educação e sistemas produtivos.**
- Democracia, cidadania e sociedade.
- Saúde, ambiente e qualidade de vida.
- **Ciência, política e tecnologia.**

As novas linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e pós-graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e pós-graduação.

A Uniplac acompanha este crescimento realizando investimentos nos últimos anos para fomentar a produção científica e tecnológica nos grupos de pesquisa e consolidar a

identidade de pesquisador nos docentes e discentes da instituição. A Uniplac, enquanto universidade comunitária com projeção regional no estado de SC, participa dos processos de formação de aproximadamente 600 egressos/ano em seus mais de 30 cursos de graduação e 400 egressos/ano por volta de 25 cursos de especialização *Lato Sensu* (Secretaria Acadêmica da Uniplac, 2012), com dois Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mestrados acadêmicos recomendados pela Capes: Educação e Ambiente e Saúde e com mais o Mestrado em Odontologia em fase de implantação.

Portanto, a Uniplac possui potencialidades para contribuir com a construção exitosa do cenário da pesquisa no Brasil. Destaca-se o investimento para a estruturação de laboratórios, a adesão às bolsas de pesquisa, um potente corpo docente com doutorado e profícuas parcerias estabelecidas com órgãos de fomento, estadual, nacional e internacional. Sublinha-se que a Uniplac realiza, com no mínimo duas edições, a capacitação docente durante o ano letivo, os cursos de graduação realizam as semanas acadêmicas, além de outros eventos científicos como simpósio, encontro, palestras, etc. Acontecem também, nos dois semestres letivos, o Seminário de Pesquisa e a Mostra Científica como maior evento da Universidade.

A Uniplac oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170 da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – Fumdes – previstos em Lei Orçamentária Anual – LOA; bolsas do Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Pibic-EM (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio); bolsas do PET Saúde Redes e bolsas da pesquisa do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente com recursos do Fundo de Infância e Adolescência.

Outra atuação importante da pesquisa na Uniplac é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/Uniplac. O CEP/Uniplac tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

3.3.2 A Articulação entre Ensino e Extensão

A trajetória da extensão universitária no país é marcada por uma série de permanências e rupturas cuja interlocução com o momento histórico é visível nas políticas e ações implementadas ao longo do último século e das primeiras décadas do século XXI. Não se pretende aqui realizar um panorama histórico desse processo, apenas contextualizá-lo a fim de incrementar o sentido das concepções de extensão da Uniplac no âmbito do ensino de graduação, bem como os programas e ações por ele preconizados.

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil datam das duas primeiras décadas do século XX, ocasião em que ocorreu o início de um amplo movimento que perpassa todas as décadas posteriores, até que, na década de 80, a concepção de extensão e de universidade, frente ao amadurecimento proporcionado ao longo dos anos, passou a integrar a carta constitucional de 1988, a qual ressalta em seu artigo 207 que “*As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão***”. (Brasil, 1988, grifos nossos).

Essa integração a carta constitucional reforçou um amplo processo por parte do governo federal no sentido de promover um forte incentivo à extensão universitária, focando nos últimos anos na publicação de instrumentos legais que convergem com o seu fortalecimento.

Entre estes podemos citar o Decreto n. 7.416, de 30 de dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495, de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – Proext, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 8.035 de 2010, e o Plano Nacional de Educação – PNE 2010-2020, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

No bojo de todo esse processo a Uniplac, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2010-2018, preconizou uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação revolucionária entre a universidade e a sociedade.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da Uniplac 2010-2018 (p. 100 a 109) também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

- Promoção da Educação e do Trabalho;
- Assistência Jurídica a Família;
- Assistência Social a Família;
- Manutenção dos Alunos Carentes na Universidade;
- Envolvimento da Comunidade Externa em eventos esportivos, artísticos, culturais, lúdicos, recreativos e educativos;
- Inclusão social para Pessoas com Necessidades Especiais;
- Garantia do direito a Assistência de Crianças, Adolescentes, Mulheres e Idosos;
- Ações comunitárias com vistas ao Desenvolvimento Regional Sustentável.

As linhas de ação acima citadas, juntamente com as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão, em uma IES Comunitária como a Uniplac, nos remonta à função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho baseado na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

No conjunto das finalidades da instituição educadora, conforme a definição constitucional, está a formação humana, a capacitação profissional e a qualificação para a cidadania, promovida por meio do ensino, da Pesquisa e da Extensão. Neste caso a extensão cumpre um papel importante na medida em que posiciona a instituição, junto com todo o seu projeto pedagógico, no horizonte das novas fronteiras do conhecimento e das construções sociais. (SÍVERES, 2011, p. 26)

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - ProPEPg, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estes Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

3.3.3 A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

No contexto do presente curso de graduação, bem como no de todos os outros da universidade, tem-se muito clara a necessidade de constante promoção de ações de pesquisa e de extensão cada vez mais atreladas ao ensino.

A articulação entre o Ensino e a Extensão consista na oferta de disciplinas, conteúdos curriculares, campos de estágio e demais atividades acadêmicas que tenham tal especificidade. Na articulação da pesquisa e da extensão temos a efetivação de projetos que problematizam a realidade de vida da comunidade, levantando questões que se tornem objetos de investigação para projetos de iniciação científica e de Trabalhos de Conclusão

de Curso na Graduação, bem como de atividades de extensão que efetivem o conhecimento científico produzido por meio da pesquisa como uma ferramenta para a formação humana, profissional e cidadã.

Nessa interligação entre os pilares da tríade universitária, as práticas de ensino, pesquisa e extensão favorecem a consolidação de uma formação acadêmica que propicia a competência técnico-científica associada à sensibilidade para as questões sociais. Além disso, o princípio da indissociabilidade reestrutura outra relação entre o professor e os acadêmicos à partir de uma prática pedagógica que põe o discente como o centro do processo de aprendizagem, destituindo uma prática engessada que atribui ao aluno o papel de mero receptáculo do conhecimento.

A partir dessa perspectiva os cursos de graduação da Uniplac constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida.

3.4 Concepção de Ensino do Curso

Com todas as novidades introduzidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e em especial as preocupações com contatos interdisciplinares, o curso procura atender essas proposições de uma formação específica para habilitar o profissional a um trabalho respeitador dos parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação, época a época.

O Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado da Uniplac tem como princípio a formação docente que contribua para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores do professor-aluno, possibilitando permanentemente a (re)construção dos seus saberes-fazeres, a partir das necessidades e desafios que o processo educacional, como prática social, coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriedade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;

- compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores duas grandes áreas de conhecimento que são a tecnologia e a formação de professor.

O curso apresenta carga horária de 1.410 horas. Destas, 300 horas são de Estágio Curricular Obrigatório que se caracteriza pela vivência na realidade do campo de atuação profissional, destinado aos candidatos oriundos de Licenciaturas ou Bacharelados que quiserem manter neste curso uma das características fundamentais da licença para o exercício do magistério, que é o Estágio. As demais horas deverão dar o suporte necessário para que seja possível superar as práticas pedagógicas que tradicionalmente dicotomizam teoria x prática, pensar x fazer, trabalho x estudo, pesquisa x ensino. Assim sendo, os professores deverão buscar através de seus planos de ensino desenvolver estratégias que transversalizam o desenvolvimento do processo de aprendizagem da prática profissional, das tecnologias e tecnologias educacionais, bem como as áreas que se referem à formação docente.

Nesse sentido, a articulação entre o contexto da Educação, do Ensino Profissionalizante em nível de ensino médio com as tecnologias deverá contribuir no sentido de transcender a perspectiva de prática enquanto espaço restrito ou dualizado em relação ao fazer e compreender. O curso deverá contemplar as articulações necessárias entre as disciplinas e as estratégias de ensino, bem como o compartilhamento de experiências, atividades e espaços pedagógicos tanto na formação quanto na atuação docente, considerando este, um processo dinâmico que deverá ser avaliado de forma contínua.

3.5 Perfil Profissional do Curso

O Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado, no contexto de uma instituição comunitária, deve proporcionar uma formação que contribua nas práticas educativas dos envolvidos.

Para isso pressupõe-se uma abordagem pedagógica que considere:

- a compreensão dos paradigmas que orientam a Educação;

- a constituição de sujeitos críticos em relação à sua atuação docente, às suas trajetórias e aos desafios atuais na Educação, considerando as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade;
- o desenvolvimento de profissionais conscientes das exigências éticas e da relevância social dos conhecimentos, habilidades e valores construídos no mundo e no contexto da Educação;
- o incentivo à formação de um profissional autônomo, cooperativo, crítico e comprometido com a Educação articulada com a realidade social;
- a valorização da trajetória do aluno para compreender a importância da Educação a partir de sua realidade;
- o entendimento da importância da educação permanente em virtude da incompletude de sua formação;
- a construção dos saberes pedagógicos para a aproximação entre teoria e prática, escola e mundo da vida.

3.6 Objetivo do Curso

Proporcionar formação pedagógica a professores graduados que dela não disponham, a partir da problematização das trajetórias pessoais e profissionais, das teorias sobre as práticas educativas e das teorias sobre avaliação da aprendizagem, visando ao desenvolvimento de propostas para intervenção no campo específico da Educação.

3.7 Público potencial

A formação para graduado não-licenciado oferecida pela Uniplac pretende suprir as necessidades de formação dos que atuem como docentes nas redes Públicas e Privada de Educação.

3.8 Campos de atuação do Egresso

O egresso do curso estará apto para as seguintes funções:

- magistério em disciplinas curriculares;

- planejamento pedagógico;
- gerência de área educacional afim, em instituições educacionais ou de outra natureza.

3.9 Conteúdos Curriculares

A estrutura curricular do Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado é constituída a partir da Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada. Os artigos 13 e seguintes dessa Resolução orientam para a composição de estrutura e currículo de modo a garantir uma base comum nacional para as orientações curriculares.

Sendo assim, os conteúdos curriculares da formação Pedagógica são organizados da seguinte forma:

- **Núcleo de Estudos de Formação Geral** das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais. Visa à articulação de princípios, concepções e conteúdos, princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática, avaliação de processos educativos, conhecimento multidisciplinar e interdisciplinar sobre o ser humano, relações entre trabalho e educação, educação e diversidade, direitos humanos, educação ambiental, ética, legislação da educação e outros.
- **Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos.** Inclui conteúdos específicos e pedagógicos priorizados pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os Sistemas de Ensino e possibilitará, entre outras possibilidades investigação em processos educativos, organizacionais e de gestão na Educação; avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira; pesquisa e estudo de conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo; aplicação à Educação de contribuições e conhecimentos como o pedagógico, o histórico, o filosófico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.
- **Núcleo de Estudos Integradores** para enriquecimento curricular, compreendendo participação em: seminários e estudos curriculares, projetos de iniciação científica,

iniciação à docência, monitoria e extensão, atividades práticas articuladas entre os Sistemas de Ensino para propiciar vivência nas diferentes áreas do campo educacional, para assegurar aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

O quadro abaixo apresenta as disciplinas que compõem cada núcleo em específico.

<i>Núcleo</i>	<i>Disciplina</i>
Núcleo de Formação Geral	<ul style="list-style-type: none"> – Educação e Mundo do Trabalho – Cultura, Diferença e Educação – Libras – Língua Portuguesa – Metodologia da Pesquisa – Saúde e meio ambiente
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação	<ul style="list-style-type: none"> – Sociologia da Educação – Filosofia da Educação – Psicologia da Educação – Educação e Necessidades Especiais – Políticas Públicas na Educação Básica – Currículo e saberes – Didática – Avaliação do Ensino e Aprendizagem – Gestão e Organização da Educação – Profissão Docente
Núcleo de Estudos Integradores	<ul style="list-style-type: none"> – Estágio em Educação Básica – Atividades Complementares

Assim sendo, o Projeto Pedagógico do curso visa a propiciar uma estrutura curricular flexível, que cria as oportunidades necessárias para o desenvolvimento de habilidades e competências requeridas pela formação docente, dando prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do estudante-professor.

3.10 Estrutura Curricular distribuída por Semestre e Carga Horária

1º SEMESTRE				
Disciplina	Cred.	C/H	H/A	Modalidade
Didática *	04	60	72	EaD
Metodologia da Pesquisa	04	60	72	
Profissão Docente	04	60	72	
Língua Portuguesa	04	60	72	
Estágio em Educação Básica	05	75	90	
Total do 1º semestre	21	315	378	

2º SEMESTRE				
Disciplina	Cred.	C/H	H/A	Modalidade
Didática *	04	60	72	EaD
Filosofia da Educação	04	60	72	
Sociologia da Educação	04	60	72	
Psicologia da Educação	04	60	72	
Estágio em Educação Básica	05	75	90	
Total do 2º semestre	21	315	378	
3º SEMESTRE				
Disciplina	Cred.	C/H	H/A	Modalidade
Políticas Públicas na Educação Básica *	04	60	72	EaD
Libras **	02	30	36	Compartilhada
Avaliação do Ensino e Aprendizagem	04	60	72	
Currículos e saberes	04	60	72	
Saúde e Meio Ambiente	02	30	36	
Estágio em Educação Básica	05	75	90	
Total do 3º semestre	21	315	378	
4º SEMESTRE				
Disciplina	Cred.	C/H	H/A	Modalidade
Cultura, Diferença e Educação *	04	60	72	EaD
Libras **	02	30	36	Compartilhada
Educação e Necessidades Especiais	04	60	72	
Gestão e Organização da Educação	04	60	72	
Educação e Mundo do trabalho	04	60	72	
Estágio em Educação Básica	05	75	90	
Total do 4º semestre	23	345	414	
Total parcial	86	1.290	1.548	
Atividades Complementares		200		
Total geral do curso		1.490		

Legenda:

* Disciplinas oferecidas na modalidade EaD.

** Disciplinas compartilhadas totais presenciais.

A estrutura curricular prevê disciplina de Libras, atendendo ao Decreto-lei n° 5.625, de 22 de dezembro de 2005, artigo 3º, parágrafo 2º, e, a regulamentação interna através da Resolução n. 086, de 21/12/2009 do Conselho Universitário – Consuni, que instituiu a obrigatoriedade da oferta desta, em todos os cursos de Licenciatura da Universidade.

3.11 Requisitos Legais

3.11.1 Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos

A Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a Resolução Consuni n. 115, de 1º de novembro de 2013 determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da Uniplac.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lei n. 10.639/2003), a Uniplac constituiu a Resolução Consuni n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

Quanto ao disposto no Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a Resolução n. 1, de 30/05/2012), a Uniplac emitiu a Resolução Consuni n. 127, 12 de junho de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O projeto do Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado prevê a integração da Educação para as Relações Étnico-raciais e por meio da disciplina de **Políticas Públicas na Educação Básica** como conteúdo de ementa, ofertada no 3º semestre, com 04 créditos, 60 horas.

3.11.2 Educação Ambiental

O projeto do Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado prevê a integração da Educação Ambiental por meio da disciplina **Saúde e Meio Ambiente** como conteúdo de ementa, ofertada no 3º semestre, com 02 créditos, 30 horas.

3.12 Ementário e Referências

1º SEMESTRE	
DIDÁTICA*	
Carga horária	60 horas – 4 créditos
Ementa	Educação, instrução e ensino. Identidade docente na educação profissional. Profissão professor exigências atuais. Trabalho coletivo. Interdisciplinaridade.
Referências	<p>Básicas: FAZENDA, Ivani (org.). Práticas interdisciplinares na escola. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005. VEIGA, Ilma Passos (org.). Repensando a didática. 21 ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2004. VEIGA, Ilma Passos (org.). Lições de didática. Campinas, SP: Papyrus, 2006.</p> <p>Complementares: BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005. CANDAU, Vera Maria. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 2000. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 35 ed. São Paulo: Cortez, 2005. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. VEIGA, Ilma Passos (Org.). Didática: o ensino e suas relações. Campinas, SP: Papyrus, 1996.</p>
METODOLOGIA DA PESQUISA	
Carga horária	60 horas - 04 créditos
Ementa	Ciência e construção do conhecimento. Processo de pesquisa. Planejamento da pesquisa. Construção da problemática. Desenvolvimento do Projeto.
Referências	<p>Básicas: COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo. Metodologia da pesquisa: Conceito e Técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2009. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>Complementares: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6023: informação e documentação: referência – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. _____. NBR 6027: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2012. _____. NBR 6028: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. PEREIRA, José Matias. Manual de metodologia da pesquisa científica. Atlas, 2007. SAMPIERI, Roberto Hernández. Metodologia da pesquisa. Porto Alegre: McGraw Hill, 2006. SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002. TEIXEIRA, Zeni Calbush (Coord) et. al. Caderno para apresentação de trabalhos acadêmicos. Lages: UNIPLAC, 2005.</p>
PROFISSÃO DOCENTE	
Carga horária	60 horas - 04 créditos

Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. A função da aula no processo de construção do conhecimento
Referências	<p>Básica</p> <p>FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES. N. Formação de professor: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>KINCHELOE, Joel L. A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997.</p> <p>KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.</p> <p>Complementar</p> <p>MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2 ed. São Paulo: Cortez</p> <p>NÓVOA, Antonio. (coord). Os professores e a sua formação. Coleção Temas da Educação. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1992. Pós-moderno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.</p> <p>RIBEIRO, Maria L. Santos. A formação política do professor de 1.º e 2.º graus. 4 ed. Coleção Educação Contemporânea. Campinas: Autores Associados, 1995.</p> <p>SANTA CATARINA, Secretaria do Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Formação docente para Educação Infantil e Séries Iniciais. Florianópolis, 1998.</p> <p>WENZEL, Renato Luiz. Professor: Agente de Educação? Campinas: Papirus, 1994.</p>
LÍNGUA PORTUGUESA	
Carga horária	60 horas - 04 créditos
Ementa	Comunicação. Funções da linguagem. Língua oral e escrita. Estruturas frasais. Estrutura oracional. Construção e compreensão do texto. Coerência e informações implícitas.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ELIAS, Vanda Maria. Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita leitura. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.</p> <p>KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>Complementares:</p> <p>GUEDES, Paulo Coimbra. Da redação escolar ao texto. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p> <p>MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa. Ijuí: Unijuí, 2003.</p> <p>MIGUEL, Emilio Sanchez; ROSA, Ernane. Compreensão e redação de textos: dificuldades e ajudas. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>ORLANDI, Eni Pulcinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2005.</p>
ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO BÁSICA	
Carga horária	75 horas – 05 créditos
Ementa	Estágio curricular obrigatório: dimensão pedagógica e legal. Contextualização histórica no Brasil. Saberes e fazeres da docência na Educação Básica. Construção da proposta pedagógica: observação, problematização e elaboração. Contato e definição da realidade campo de estágio. Diagnóstico da realidade.

Referências	<p>Básicas: FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papyrus, 1996. HERNANDES, Fernando. Como os docentes aprendem. Pátio. Ano I, n. 1, fev/abr. 1998. PICONEZ, Stela B. (Coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus, 1994.</p> <p>Complementares: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Proposta Curricular de Santa Catarina. Florianópolis: Cogen. 1998. WARSHAUER, C. A roda é o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.</p>
2º SEMESTRE	
DIDÁTICA*	
Carga horária	60 horas – 04 créditos
Ementa	Fundamentos da prática docente. Áreas de atuação profissional. Concepção de Ensino. Concepção de aprendizagem: sala de aula e suas dinâmicas.
Referências	<p>Básicas: BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005. CANDAUI, Vera Maria. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 35 ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>Complementares: BECKER, Fernando. A epistemologia do professor: o cotidiano da escola. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnismo e formação do educador. In: ALVES. N. Formação de professor: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. MASETTO, Marcos Tarciso. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p>
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	60 horas – 4 créditos
Ementa	Educação como objeto de reflexão filosófica. Filosofia da educação no Brasil.
Referências	<p>Básicas: ARANHA, Maria Lúcia Arruda. Filosofia da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2000 GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia e história da educação brasileira. Barueri, São Paulo: Manole, 2003. MAZZOTTI, Tarso Bonilha et al. O que é filosofia da educação? 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>Complementares: CARBONELL, Sebarroja et al. Pedagogias do século XX. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003. DUTRA, L. Henrique de. Epistemologia da aprendizagem. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. Conversas com filósofos brasileiros. São Paulo: Editora 34, 2001.</p>

	<p>PERRENOUD, Philippe. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.</p> <p>REALE, Giovanni. História da filosofia antiga: das origens a Sócrates. v. 1. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.</p>
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	60 horas – 04 créditos
Ementa	Sociologia: origem e desenvolvimento. Indivíduo e sociedade. Cultura. Estratificação e mobilidade sociais. Estado e política. Educação e socialização. Sistema de ensino e reprodução social. Sociologia e a realidade social.
Referências	<p>Básicas: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>Complementares: DALAROSA, Adair Ângelo. Estado, educação e sociedade. Caçador: UNC, 1998. DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996. FERREIRA, Roberto Martins. Sociologia da educação. São Paulo: Moderna, 1996. FORQUIN, J. C. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. POPKEWITZ, T. S. Reforma educacional: uma política sociológica - poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.</p>
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	60 horas – 04 créditos
Ementa	Teorias da Aprendizagem. Paradigmas do Desenvolvimento Psicológico Humano. Escolas Psicológicas (Behaviorismo, Gestalt, Psicanálise, Humanismo). Relações Socioafetivas Pedagógicas. Desenvolvimento na adolescência e aprendizagem.
Referências	<p>Básicas: AZZI, Roberta Gurgel. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. BARONE, Leda Maria Codeço; MARTINS, Lilian Cassia Bacich; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Psicopedagogia: teorias da aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. VYGOTSKY, Lev Semenovitch; LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.</p> <p>Complementares: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva, 2003. CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996. CUNHA, Marcus Vinícius da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denise Trento R.; REGO, Teresa Cristina. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2002.</p>
ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO BÁSICA	
Carga horária	75 horas – 05 créditos
Ementa	Reingresso no campo de estágio e levantamento da temática para o desenvolvimento do estágio. Elaboração do projeto de estágio. Intervenção direta do estágio. Intervenção direta em sala de aula. Elaboração do relatório de estágio

Referências	<p>Básicas: ANASTASIOU, Léa das Graças; ALVES, Leonir P. (Orgs.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3 ed. Joinville: UNIVILLE, 2004. DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>Complementares: ALVES, Nilda (Org.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (Orgs.). O sentido da escola. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. FREITAS, Helena Costa de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas: Papyrus, 1996. HERNANDES, Fernando. Como os docentes aprendem. Pátio. Ano I. n.1, fev/abr. 1998. VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. 14 ed. São Paulo: Libertad, 2002.</p>
3º SEMESTRE	
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA*	
Carga horária	60 horas – 04 créditos
Ementa	Estrutura da educação básica: diretrizes, legislação e Proposta Curricular de Santa Catarina. Educação das Relações Étnico-raciais: Lei 10.639/2003. Educação Ambiental: legislação. Educação especial na educação básica: diretrizes. Educação em Direitos Humanos
Referências	<p>Básicas: PILETTI, Nelson. Estrutura e funcionamento do ensino fundamental. 26 ed. São Paulo: Ática, 2004. SERRA, Antônio Roberto Coelho (Org.); RAMOS E SILVA, João Augusto (Org.). Por uma educação sem distância: recortes da realidade brasileira. São Luís: UEMA, 2008. STREHL, Afonso; RÉQUIA, Ivony da Rocha. Estrutura e funcionamento da educação básica: subsídios para professores, alunos e candidatos aos concursos do magistério, de acordo com a lei n. 9394. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.</p> <p>Complementares: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2007. BORGES, André (Org.). Governo, políticas públicas nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2006. BRZEZINSKI, Iria (Org.). LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010. LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.); FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.); VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. WOLKMER, Antônio Carlos (Org.); VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.</p>
LIBRAS**	
Carga horária	30 horas – 02 créditos
Ementa	Comunicação: alfabeto manual. Libras: vocabulário e noções gramaticais.
Referências	<p>Básicas: BRITO, Lucinda F. (Org.). Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental: língua brasileira de sinais. v. 3. Brasília: MEC/FENAME, 1998. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: Libras. v.1 e 2. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008.</p>

	<p>SILVA, Daniele Nunes Henrique. Como brincam as crianças surdas. 2 ed. São Paulo: Plexus Editora Ltda, 2002.</p> <p>Complementares: FERNANDEZ, Eulália. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. LUCHESI, Maria Regina C. Educação de pessoas surdas: experiências vividas, histórias narradas. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 2003. SALLES, Heloísa M. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol. 1. Brasília: MEC, 2004. SILVA, Ivani Rodrigues (Org.); KAUCHAKJE, Samira (Org.); GESUELI, Zilda Maria(Org.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidade. São Paulo: Plexus, 2003. SILVA, Marília da Piedade Marinho. A construção de sentidos na escrita do aluno surdo. São Paulo: Plexus, 2001.</p>
AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM	
Carga horária	60 horas – 04 créditos
Ementa	Avaliação educacional: da aprendizagem e institucional. Diferentes paradigmas em avaliação: tradicionais (hetero, externa, quantitativa, classificatória e periódica) e progressivas (auto, interna, qualitativa, diagnóstica e permanente)
Referências	<p>Básicas: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Petrópolis, RJ: DP <i>et al</i>, 2008. HOFFMANN, Jussara. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2003. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>Complementares: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). O que sabe quem erra: reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar: sendas percorridas. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Teses de Doutorado). LÜDKE, M e MEDIANO, Z. (Coords.) Avaliação na escola de 1º grau. Campinas: Papyrus, 1994. ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2003.</p>
CURRÍCULO E SABERES	
Carga horária	60 horas - 04 créditos
Ementa	Construção histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Paradigmas curriculares. Pensamento curricular brasileiro. Currículo, escola e sociedade. Propostas curriculares alternativas.
Referências	<p>Básicas: FRANCO, Crespo; LOPES, Alice Ribeiro Casemiro; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2011. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. SILVA, Aida Maria Monteiro et al. Didática, currículo e saberes escolares. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2002.</p> <p>Complementares: CARRETERO, Mario. Construir e ensinar: As ciências sociais e a história. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997. GOODSON, Ivo F. Currículo. Petrópolis: Vozes, 1995. LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2003. OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Alternativas emancipatórias em currículo. São Paulo: Cortez, 2004.</p>

	ZABALA, Antonio. Enfoque globalizador e pensamento complexo : uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002.
SAÚDE E MEIO AMBIENTE	
Carga horária	30 horas – 02 créditos
Ementa	Ecologia. Natureza e meio ambiente. Saúde e ambiente no desenvolvimento de municípios saudáveis. Saúde coletiva e qualidade de vida. Saneamento básico e ambiental.
Referências	<p>Básicas: AVILA-PIRES, Fernando Dias de. Princípio de ecologia médica. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2000. BARATA, R.B. (Orgs.). Condições de vida e situação de saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997. BRASIL. Constituição Federal. Coletânea de legislação de direito ambiental. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.</p> <p>Complementares: BROFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996. CURRIE, Karen L. Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. GUIMARÃES, Leandro Belinaso (Org), BRÜGGER, Paula (Org.). Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente. Florianópolis: UFSC, 2003. MARIOTTI, Humberto. Pensamento complexo: suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2007. TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. Fundamentos em ecologia. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p>
ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO BÁSICA	
Carga horária	75 horas – 05 créditos
Ementa	Dimensões da prática docente no cotidiano educacional. Observação. Planejamento. Intervenção de estágio. Avaliação da prática pedagógica.
Referências	<p>Básicas: PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez Editora, 2004.</p> <p>Complementares: ARANTES, Nélio. Sistemas de gestão empresarial: conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1994. BRUNETTO, Algemir Lunardi; MENDES, Ana Lúcia Godinho; VENTURA, Angela. Gestão de pessoas: categoria terceiro setor. São Paulo: Qualitymark, 2009. EDUCACIONAIS. Prêmio inovação em gestão educacional 2006: experiências selecionadas. Brasília: INEP, 2007. SANTOS, Adelcio Machado dos. Profissionais da educação na era do conhecimento: o preparo à luz da gestão de pessoas. Florianópolis: Nova Letra Gráfica, 2006. TENÓRIO, Fernando G. (Org.). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 11 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.</p>
4º SEMESTRE	
CULTURA, DIFERENÇA E EDUCAÇÃO*	
Carga horária	60 horas– 04 créditos
Ementa	Cultura. Identidade. Teoria do reconhecimento. Teorias da etnicidade. Diferença e diversidade. Educação multicultural crítica. Atividade pedagógica, cultura e ambiente histórico.

Referências	<p>Básicas: BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: EdiUFMG, 1998. COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos da. Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>Complementares: BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Étnico-racial. Ministério Da Educação e Cultura. Brasília, 2007 HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002. LOPES, Luiz Paulo Moita; BASTOS, Liliane Cabral. Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado das Letras, 2002. POUTIGNAT, Philippe / STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998. SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p>
LIBRAS **	
Carga horária	30 horas – 02 créditos
Ementa	Surdez e linguagem. Fundamentos históricos e epistemológicos da língua de sinais. Alfabeto manual. Libras: vocabulário e noções gramaticais.
Referências	<p>Básicas: BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Ed. Parábola, 2009. LOPES, Maura Corcini. Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p> <p>Complementares: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Ilustrado Trilingüe. Língua Brasileira de Sinais. v. 1 e 2. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. LACERDA, Cristina Broglia F. de; GÓES, Maria Cecília R. Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000. PEREIRA, Rachel de Carvalho. Surdez: aquisição de linguagem e inclusão social. Rio de Janeiro: Revinter, 2008. QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC, 2004. SALLES, Heloísa M. <i>et al.</i> Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. v. 1. Brasília: MEC, 2004.</p>
EDUCAÇÃO E NECESSIDADES ESPECIAIS	
Carga horária	30 horas – 2 créditos
Ementa	Fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos da educação especial. A diferença/deficiência como uma construção social. Necessidades educacionais especiais: especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio-emocional. A contribuição da perspectiva sócio-cultural para práticas pedagógicas inclusivas.
Referências	<p>Básicas: GÓES, Maria Cecília Rafael de (Org.); LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (Org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas: Autores Associados, 1999. PADILHA, Anna Maria Lunardt. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>

	<p>Complementares: FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e bilingüismo. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. MARTIN, Manuel Bueno (Coord.); BUENO, Salvador Toro (Coord.). Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Santos, 2003. MAZZOTTA, Marcos da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Possibilidades de histórias ao contrário: ou como desencaminhar o aluno da classe especial. São Paulo: Plexus, 1997. STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p>
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	60 horas – 04 créditos
Ementa	Gestão e organização da Educação: fundamentos teóricos da administração. Teorias da administração e da gestão educacional. A organização do trabalho escolar. Gestão educacional: esferas locais, regionais, estaduais e nacionais. Avaliação institucional: Fundamentos da Avaliação Institucional. Experiência internacional e brasileira. Projeto Político Pedagógico: instrumento teórico-metodológico de organização do trabalho pedagógico escolar. Dimensões e princípios do Projeto Político-Pedagógico. Legislação que sustenta o processo e a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico. Acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.
Referências	<p>Básicas: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs.). Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2003. SACRISTÁN, J. Gimeno. Compreender e transformar o ensino. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. SORGATTO, Noeli Salete. Avaliação institucional e universidade: entre a representação e a identidade. Rio do Sul: Nova Era, João Pessoa: UFPB, 2009.</p> <p>Complementares: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs.). Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000. MOREIRA, Antonio Flávio B. (Org.). Currículo: questões atuais. 9 ed. Campinas: Papirus, 2003. SILVA, Aida Maria Monteiro et al. Didática, currículo e saberes escolares. 2 ed. São Paulo: DP&A, 2002. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Orgs.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 17 ed. São Paulo: Papirus, 2004.</p>
EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO	
Carga horária	60 horas- 04 créditos
Ementa	Relação entre trabalho e educação: aspectos históricos, filosóficos, científicos, políticos, econômicos e culturais. Educação como prática para a liberdade. Massificação e conscientização. Ideologia, relações de poder, cultura. Neoliberalismo e globalização. Trabalho e Classe social.
Referências	<p>Básicas: FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; e RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Editora Cortez, 2005 GADOTTI, M. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p>

	<p>Complementares:</p> <p>KUENZER, Acacia Zeneida (org.). Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In : FERREIRA, Naura S. C. (org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez,1998.</p> <p>LIBÂNEO. J.C. Pedagogia e Pedagogos, Para Quê? – SP: -Cortez, 1998.</p> <p>OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Mudanças no mundo do trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino. Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica. Educação e Sociedade, Campinas, n.70, p.40-62, abr. 2000.</p> <p>Perrenoud, P. Construir as competências desde a escola. Artmed, 1999.</p> <p>RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez. 2001.</p>
ESTÁGIO EM EDUCAÇÃO BÁSICA	
Carga horária	75 horas – 05 créditos
Ementa	Prática pedagógica como prática social e cultural. Observação e intervenção no Ensino Médio e Educação Profissional. Reflexão como fundamento das práticas pedagógicas.
Referências	<p>Básicas:</p> <p>ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p> <p>MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: O princípio da pesquisa. Ijuí: UNIJUI, 2003.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>Complementares:</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez Editora, 2004.</p> <p>SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. COORDENADORIA GERAL DE ENSINO. Proposta curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: temas multidisciplinares. Florianópolis: Cogem, 1998.</p> <p>SANTOS, Adalcio Machado dos. Profissionais da educação na era do conhecimento: o preparo à luz da gestão de pessoas. Florianópolis: Nova Letra Gráfica, 2006.</p> <p>TENÓRIO, Fernando G. (Org.). Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 11 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.</p>

3.13 Metodologia

A metodologia para o Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado foi desenvolvida um processo de articulação entre os conhecimentos prévios dos alunos, os conteúdos previstos na organização curricular e, ainda, as atividades do exercício da docência por ocasião da integralização do Estágio, na perspectiva das metodologias que priorizam a problematização do exercício da docência na Educação Básica.

A Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015 faz referência a essa metodologia, em seu artigo n. 13, §§ 2º e 3º quando determina que os cursos de formação inicial deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conhecimentos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área das políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais, educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Deverá ser garantida ao longo do processo efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas oferecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução Consuni n. 131, de 08 de julho de 2014, que define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da Uniplac e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral, a Uniplac estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

Para atingir os objetivos propostos pela referida Resolução Consuni n. 131, de 08 de julho de 2014, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatórios de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

3.14 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório atende às normas internas, de acordo com a Resolução n. 030/1999 Consepe-Uniplac, à legislação sobre formação de professor

emanada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Ministério da Educação (MEC) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

O Estágio Curricular Obrigatório é um processo interdisciplinar, obrigatório para a obtenção de Licenciatura, avaliativo, compreendido como um espaço de reflexão e intervenção na realidade, devendo ser capaz de articular teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão.

O Estágio neste curso foi organizado conforme a Resolução CNE n. 02, de 01/07/2015. A carga horária é de **300 horas**, com função articuladora entre as áreas do conhecimento que constituem a estrutura curricular de forma vertical e horizontal. Devido às peculiaridades deste curso, que prevê formação para graduado não-licenciado que já atua na Educação Básica, a metodologia do Estágio prevê a realização pelo aluno de pesquisa com tema relacionado ao trabalho educativo individual exercido, a qual deverá resultar num artigo científico a ser entregue ao final do curso. Ambos, pesquisa e artigo são indispensáveis à colação do grau e à obtenção do certificado de conclusão do curso.

O Regulamento de Estágio, proposto por Colegiado e Coordenação do curso, deverá ser aprovado pelos órgãos competentes da IES considerando uma análise **processual e global**.

O processo de estágio acontecerá do 1º ao 4º semestres. No 1º semestre o professor- aluno fará o estágio de observação, tomando como base os fundamentos do processo ensino aprendizagem, na perspectiva de desenvolver pesquisa sobre temáticas que permeiam o Ensino Médio, a educação de Jovens e Adultos. Nesse semestre serão promovidos seminários de aprofundamento das temáticas que serão objeto de pesquisa.

A partir do 2º semestre acontecerão os estágios de intervenção pedagógica sendo no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio.

3.15 Atividades Complementares

A carga horária prevista de Atividades Complementares no Curso de Formação Pedagógica para Graduado Não-Licenciado conforme Resolução nº 2 , de 1º de julho de 2015 é de 200 (duzentas) horas. As normas pertinentes às formas de execução, controle e registro estarão previstas em regulamento próprio.

São atividades de cunho educativo-teórico-prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são escolhidas pelo próprio professor-aluno. São consideradas complementares as atividades que possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, monitorias, estágios curriculares não-obrigatórios, eventos científicos e culturais.

3.16 Integração com as Redes Públicas de Ensino

São várias as ações ou convênios que promovem a integração da Uniplac com as Escolas de Educação Básica das redes públicas de ensino da sua região de abrangência. É prática da Instituição a assinatura de convênios de cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios e outras inserções em unidades escolares, como por exemplo com Secretaria Estadual de Educação e Desporto, assim como as Secretarias Municipais de Educação.

3.16.1 Convênio de Cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade do Planalto Catarinense

O Convênio de Cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Uniplac, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio, prática como componente curricular e prática de ensino dos cursos desta Universidade. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio, prática como componente curricular e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do aluno. Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horárias fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos. O prazo da realização do estágio e da

prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente, tais como Redes Públicas de Ensino estadual e/ou municipal, Secretaria de Estado da Educação (Convênio n. 15341/2008-9, de 23/09/08).

3.17 Atividades Previstas de Apoio aos Estudantes

3.17.1 Apoio aos Discentes

O atendimento e o apoio ao aluno é prioridade do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-Reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos no que tange as questões acadêmicas, o *site* da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o Serviço de Atendimento ao Estudante atualmente oferecido pelo Setor de Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a Uniplac disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Projetos e Apoio Pedagógico - ProAPE, constituído por seis professores, um com Mestrado em Educação, dois mestres em Sociologia Política, três Especialistas, e mais um técnico administrativo.

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
Gestora do ProAPE	Especialista	40 horas
Técnico Administrativo	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo	Especialista	40 horas
Apoio Pedagógico	Mestre	30 horas
Apoio Pedagógico	Mestre	30 horas
Apoio Pedagógico	Mestre	20 horas
Secretária ProAPE	Graduação-em curso	40 horas

Registro Acadêmico Apoio	Especialista	20horas
Registro Acadêmico Apoio	Bacharel	20 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduação-em curso	20 horas
Registro de Controle Docente	Graduação-em curso	40 horas
Registro de Controle Docente	Graduação-em curso	40 horas
Secretária da Coordenação de Graduação	Graduação-em curso	40 horas
Coordenação de Curso		

3.17.2 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico - PAAP para o aluno da Uniplac surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda a desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vêm fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio, sem os subsídios necessários, especialmente nas disciplinas de Português e Matemática, o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes, bem como realizando oficinas de conhecimento geral e específico para os cursos de graduação cujos acadêmicos precisam se submeter à avaliação do Enade.

Dá-se também o ingresso de alunos com necessidades especiais, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento, possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim, os serviços de apoio vêm somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras e *Braille* e dentro das especificidades que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, são abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a Uniplac vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico - PAAP teve origem na Pró-reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da Uniplac e encontra-se já atuando em algumas frentes, enquanto que em outras, está se construindo.

Considerando a relevância desse programa, se está investindo em sua ampliação para que garantir um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

3.17.3 Acessibilidade do Estudante com Deficiência

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a Uniplac dispõe em seu Requerimento de Matrícula, um campo próprio denominado “Auto-declaração de Necessidades Educacionais Especiais”, em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, dentre outras). Acompanhando o instrumento,

vem a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados na conformidade da legislação vigente.

Conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade - CIA, constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na Uniplac.

3.17.4 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino Aprendizagem

O Projeto Pedagógico do Curso - PPC é construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim, a metodologia de avaliação da aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução nº 131, de 08 de julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua. No âmbito do ensino e da aprendizagem, são desenvolvidas avaliações na perspectiva operatória, em que são avaliados conhecimentos, habilidades e atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando aos alunos a serem avaliados várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;

- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

O Curso de Complementação Pedagógica concebe uma avaliação de aprendizagem harmonizada à concepção do curso, que vê o acadêmico como sujeito de seu próprio processo de aprendizagem.

Sendo assim, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem é contínua, na interrelação teoria e prática, objetivando democratizar o processo avaliativo.

A prática de avaliação como proposta transformadora deverá oportunizar a reflexão, a investigação, de forma que seja contínua, democrática e abrangente.

3.18 Processo de Avaliação do Curso

Em cumprimento a Lei nº 10.861, de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, o Setor foi regulamentado pela Resolução nº 051, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da Universidade, dos cursos de graduação e sequenciais, de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do Art. 9º, VI, VIII e IX da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996.

Para garantir a autoavaliação da IES, foi constituído no âmbito da instituição, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme Art.11, inciso II da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, obedecidas as diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA de fazer a prestação de informações ao Conselho Estadual de Educação – CEE e ao Sinaes, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsas, ou distorção de dados a serem fornecidos ao Sinaes, conforme art. 12 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Conaes.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da Uniplac por sua vez, acompanha o trabalho desenvolvido pelo Setor que encaminha os resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, seu Núcleo

Docente Estruturante – NDE e coordenador, no sentido de contribuir nas ações acadêmico–administrativas fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando estas existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas, estão sendo produtivas para que o perfil profissional se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica o Setor de Avaliação Institucional pela via da CPA divulga, via página específica no *site* da IES, apresentando todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, *banners* de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

3.19 Autoavaliação do Curso

A Uniplac mantém Programa Institucional de Avaliação que, semestralmente, aplica *online* instrumento de avaliação e, juntamente com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, faz as análises, a fim de subsidiar o planejamento dos cursos.

O Programa de Avaliação Institucional da Uniplac se propõe a avaliar os seguintes aspectos:

- autoavaliação do docente;
- avaliação docente pelo coordenador de curso;
- avaliação do coordenador pelo docente;
- avaliação docente pelos alunos;
- avaliação da turma pelo docente.

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual se pode construir um conhecimento sobre a realidade do curso, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades, na perspectiva de melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

A autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem o curso. A partir desse processo, o colegiado deverá determinar metas de curto, médio e longo prazo, visando a promover uma

melhora contínua no processo de ensino e aprendizagem. Para cada meta será previsto um ou mais planos de ação que garantam sua concretização e um cronograma para realização.

Esta organização deverá ser uma constante no curso, principalmente com o objetivo de se criar uma cultura de autoavaliação participativa entre todos os integrantes do colegiado.

3.20 Integração com as Redes Públicas de Ensino

São várias as formas de como ações ou convênios promovem a integração da Uniplac com as escolas de educação básica das redes públicas de ensino da sua região de abrangência. Destacamos duas: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid e o convênio Uniplac-SED de cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria de Estado da Educação. Abaixo, uma breve descrição de cada uma dessas iniciativas.

3.21 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da Uniplac estão na forma como se coloca para o seu entorno e o Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;
- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.
- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010/2018, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a Uniplac era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passaram a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH. Com o

Projeto Pibid, a Uniplac objetiva inserir os alunos-bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a Uniplac, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os alunos dos seus cursos, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o Ideb.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela Educação, a missão da Uniplac, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange à relação da formação com a atuação dos seus alunos num processo interdisciplinar, com vistas à promoção e à formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido, a opção de inserir os alunos-bolsistas em escolas com diferentes índices do IDEB, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidas coletivamente, com vistas à compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação à Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes alunos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo será proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo Coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os alunos, com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude

investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, Pibid e a missão da Uniplac (Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – 2012).

3.22 Convênio de Cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade do Planalto Catarinense

Tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação. Os estágios-objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do aluno. Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horárias fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos. O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente. (Redes Públicas de Ensino estadual e/ou municipal). (Secretaria de Estado da Educação. Convênio n. 15341/2008-9, de 23/09/08).

No caso do Curso de Complementação Pedagógica, o Estágio Curricular é obrigatório para todos os candidatos.

3.23 Tecnologias de informação e comunicação

A Uniplac institucionalizou um programa denominado *Moodle*, onde se encontra o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, que tem como finalidade disponibilizar aos acadêmicos todo o material e assessoria necessários para o seu aprendizado.

Por meio dele poderão ser oferecidos cursos de extensão em forma de Educação à Distância - EaD.

Todos os recursos de *hardware* por meio dos laboratórios da Uniplac permitem acesso aos recursos tecnológicos oferecidos. *Links* como Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Agenda, Biblioteca, Portal do Aluno (canal direto), Portal do Professor (Canal

Direto), *Learn Loop*, *Links* Interessantes, MidiLages, Portal de Periódicos, *Dreams Park* conveniado com a *Microsoft*, Publicações (atos normativos, editais, portarias, releases e resoluções), Mural de Notícias, Eventos e Variedades. Todos esses *links* citados levam a portais com informações para o processo de ensino e aprendizagem do aluno, bem como para a sua vivência acadêmica na Universidade.

Solicitações de serviços, por parte dos alunos, podem ser realizadas por meio da página da Uniplac, como: consulta de histórico, grade horária, matrícula, impressão de boletos, biblioteca virtual, etc. O sistema acadêmico *on-line* permite que os docentes registrem os conteúdos programáticos de disciplinas, frequência e notas de alunos.

4 CORPO DOCENTE

4.1 Perfil do Docente do Curso e do Coordenador do Curso

<i>Função</i>	<i>Número</i>	<i>Formação</i>	<i>Atribuição</i>
Coordenador	01	Pedagogo com pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área da Educação ou afins e experiência mínima de 3 anos no Ensino Superior.	Desenvolver atividades pedagógicas e administrativas relativas ao andamento do curso. Organizar, acompanhar, avaliar: o projeto pedagógico, os editais, a seleção dos docentes, o apoio pedagógico, a capacitação dos docentes. Analisar os planos de ensino dos professores e sua relação com os propósitos do curso. Acompanhar a implementação da oferta e os trabalhos de final de curso, estágios e pesquisas aplicadas.
Docentes	12	Profissionais com experiência ou formação em Educação, com titulação mínima de Mestres e experiência no Ensino Superior mínima de 2 anos. Dos 12 profissionais acima citados, 01 pedagogo com formação em Educação Especial ou Licenciado com pós-graduação na área de Educação Especial / educação inclusiva e afins, com experiência mínima no Ensino Superior de 2 anos. 01 profissional com afinidade com as TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação e comprovada experiência em EaD - AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) 01 profissional mestre com conhecimento em Libras – Língua Brasileira de Sinais	

Observação: os perfis acima delineados podem variar diante das circunstâncias concretas do Curso e da Instituição.

4.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante - NDE é estrutura organizacional dos cursos institucionalizada na Uniplac através da Resolução 088, de 24 de setembro de 2010. A composição específica do NDE do Curso de Complementação Pedagógica será composta, nos parâmetros das normas vigentes, assim que constituído o corpo docente e dirigente.

4.3 Colegiado

O Curso de Complementação Pedagógica terá colegiado próprio, com função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito do curso, vinculado às Pró-reitorias e que congregará os docentes que estarão em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da Uniplac.

4.3 Produção Científica Cultural, Artística ou Tecnológica

O colegiado deverá promover a cultura da produção científica com seus professores e a iniciação científica com seus alunos.

5 INFRAESTRUTURA

A Uniplac conta com uma área construída de 23.426,35 m², que corresponde aos blocos de salas de aula, setores administrativos, biblioteca, laboratórios, salas especiais, coordenação dos cursos e de estágios, salão de atos, centro de convivência, Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Ciências Jurídicas – CCJ, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET, além das adaptações necessárias as pessoas com necessidades especiais.

5.1 Sala de Professores

Na Uniplac, a estrutura física está organizada com uma sala central para professores e salas setoriais. A sala central é adequada em relação ao espaço físico, ventilação, iluminação, mobiliário e equipamento. Apresenta a comodidade necessária à atividade desenvolvida. Anexa à sala dos professores existe uma sala com computadores conectados à *internet*.

As salas setoriais estão próximas as salas das coordenações.

5.2 Salas de Coordenações de Curso

As salas das coordenações de curso são coletivas. São estruturadas com equipamentos de multimídia e comunicação e com uma secretaria de apoio para assuntos administrativos. Além disso, as coordenações têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico - ProAPe, Protocolo, Setor de Controle Documental Docente - CDD, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática - NIU, Serviço de Atendimento ao Estudante - SAE.

Os espaços físicos dos coordenadores de curso são compartilhados por mais de um curso. Esta foi uma estratégia encontrada para otimizar espaços e aproximar profissionais na troca de experiências. Assim, cada curso tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para

atendimento de alunos e/ou de professores, supervisão de estágios, etc. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

5.2.1 Apoio Acadêmico

Nos espaços das Coordenações também encontram-se os Apoios Acadêmicos, que desenvolvem atividades administrativas relacionadas à Secretaria Acadêmica.

5.3 Sala de Aula

As salas de aula da Uniplac são construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. Em relação ao Curso, as salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia e contam com cadeiras estofadas. Além disso, também contam com equipamento de multimídia, com agendamento de equipamento de menor porte em todas as salas, como retroprojektor e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditórios e Salão de Atos para reuniões científicas e eventos culturais. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.4 Biblioteca

A Uniplac é orientada por uma política de formação e desenvolvimento do acervo documental da Biblioteca, instituída através da Resolução n. 133, de 13 de junho de 1997, atualmente em fase de reelaboração.

Esta resolução, entre outras providências, instituiu a comissão de seleção da biblioteca. É importante ressaltar que a aquisição de títulos, assim como a determinação das quantidades de exemplares, seguem orientação da legislação emanadas pelo Inep e Conselho Estadual de Educação e obedecem às proporções indicadas no instrumento de avaliação atualmente em uso.

A Biblioteca da Universidade, através de suas políticas de formação e desenvolvimento de acervos, tem procurado garantir a atualização constante de seus livros e periódicos, mantendo atualizadas as bibliografias Básicas e Complementares indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

Em 2007, através de um convênio com a Capes, foi disponibilizado para a Biblioteca Central o acesso aos periódicos do Portal da Capes, que permitem o uso por docentes e aluno do mais completo portal de periódicos disponível no Brasil, atualmente.

5.5 Gabinete de Trabalho para Professores Tempo Integral – TI

Considerando que a Uniplac - Universidade do Planalto Catarinense não exerce esse regime de contratação, professores em tempo integral, sendo seus professores horistas, não há uma sala de TI. No entanto, a Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho para todos os professores.

5.6 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A comunidade acadêmica tem à sua disposição 5 Laboratórios de Informática, além de Laboratório de Informática-Gestão, Laboratório de Informática-Redes, Laboratório de Informática-*Hardware*, Laboratório de Desenvolvimento de Sistemas. Além desses equipamentos, há ainda os computadores à disposição na Biblioteca.

A instituição conta ainda com rede *Wireless* em vários blocos do *campus* onde os alunos podem acessar a *Internet*.

5.7 Laboratórios

A Uniplac possui uma estrutura física considerável, abrangendo todos os laboratórios indispensáveis à oferta dos cursos superiores. Conta ainda, através de convênios, com laboratórios de outras instituições.

6 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso – DCNs	Resolução n. CNE n. 2, de 01/07/15. Define as DCNs para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados e de segunda licenciatura) e para a formação continuada
Titulação do corpo docente	Lei 9.394/96, art. 66. O curso de apresenta um corpo docente em sua ampla maioria pós-graduado em nível de <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> especialização
Denominação dos Cursos Superiores de Graduação	Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura – MEC – Abril/2010
Núcleo Docente Estruturante – NDE	Resolução Conaes n. 1, de 17/06/2010. Como o curso não se encontra em regime de oferta, assim que constituído o novo Colegiado de Curso, ato contínuo será formado o NDE, em conformidade com a norma do Conaes.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 01, de 17/06/04 – Resolução n. 114, de 01/11/2013 – Uniplac – Parecer Consuni n. 035 de 21/11/13 – Parecer Consuni n. 036, de 26/08/14 – O projeto contempla na disciplina de Políticas Públicas na Educação Básica, do 3º semestre com 4 créditos, 60 horas, como componente do ementário
Políticas de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Lei n. 9.795, de 27/04/99 – Decreto n. 4.281, de 25/06/02 – Resolução da Uniplac n. 115, de 01/11/13 – Parecer Consuni n. 034, de 21/11/13 – Parecer Consuni n. 036, de 26/08/14 – O projeto contempla na disciplina Saúde e Meio Ambiente, do 3º semestre com 2 créditos, 30 horas, como componente do ementário
Políticas de Educação para os Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 1, de 30/05/12 – Resolução da Uniplac n. 127 de 12/06/14 – Parecer Cconsuni n. 036 de, 26/08/14 – O projeto contempla na disciplina de Políticas Públicas na Educação Básica, do 3º semestre com 4 créditos, 60 horas, com componente do ementário
Prevalência de avaliação presencial para EaD	– Decreto n. 5.622/05, art. 4, inciso II, § 2º. Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância. O PPC insere esta obrigatoriedade
Inserção da disciplina de Libras no PPC	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.626/05 – Resolução n. 086, de 21/012/09 Uniplac. A disciplina de Libras está no 3º e 4º sem., com 02 créditos de 30 h cada
Informações Acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> – Portaria Normativa n. 40, de 12/12/07, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/10, publicada em 29/12/10 – A Uniplac mantém um Canal Direto <i>on-line</i> onde todos os estudantes tem acesso aos seus dados acadêmicos.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.296/04 da Presidência da República – Portaria n. 99, de 22/10/12 – Constituição da Comissão Institucional de Acessibilidade – CIA - Uniplac

7 REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das G. **Curso para Coordenadores de Graduação**. Uniplac, Lages, 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 41 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 6.495, de 30/06/08**. Institui o Programa de Extensão Universitária - ProExt.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25/06/2014**. Institui o Plano Nacional de Educação – 2014 - 2024.

BRASIL, Presidência da República. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**. Proposta para o Plano Nacional de Educação – 2010 – 2020.

BRASIL. Congresso Nacional, **Decreto n. 5.296, de 02/12/2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861, de 14/04/2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048, de 08/11/2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098, de 19/12/2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639, de 09/01/2003**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afrobrasileira".

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394, de 20/12/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795, de 27/04/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução n. 01, de 17/06/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal, Casa Civil. **Lei n. 11.788, de 25/09/2008**. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281, de 25/06/2002**. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta da Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais, 2010.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada.

DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. 2 ed. Campinas: Editores Associados, 1997.

FRANTZ, W. A Extensão Universitária no Desenvolvimento Regional. In: **III Fórum de Extensão Universitária da Acafe**. Uniplac – Lages, setembro de 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo, Cortez, 1986.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 9 ed. São Paulo: Autores Associados, 1994.

MELLO, Alex Fiúza; DE ALMEIDA FILHO, Naomar; RIBEIRO, Renato Janine. **Por uma Universidade socialmente relevante**. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf. Consultado em 25/05/2012.

NÓVOA, António. **Desafios do professor no mundo contemporâneo**. 1995.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SARTORI, Sérgio; NUNES, Paulo de Tarso; PEIXER, Zilma I. **Os 40 Anos de Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina**. Uniplac: Revista de Divulgação Científica e Cultural. v. 2, n. 2. Lages: Uniplac, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 37 ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**, 5 ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

UNIPLAC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 030**, de 18/01/1999. Regulamento Institucional de Estágios.

UNIPLAC. Conselho Universitário, **Resolução nº 086**, de 21/12/2009. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais como componente curricular.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da Uniplac.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Regimento Geral da Universidade**. Setembro de 2012.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Torna obrigatória a inclusão da Educação para Educação Ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Torna obrigatória a inclusão da Educação em Direitos Humanos nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da Uniplac**. 08/10/2011.

UNIPLAC. **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, Edital n. 11/2012.

UNIPLAC. Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. 2010/2018.

UNIPLAC. Reitoria. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Reitoria. **Projeto de Renovação do Credenciamento da Universidade**. 2010-2015.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 131**, de 08/07/2014. Define nova metodologia para a Avaliação de Aprendizagem da Uniplac.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 133**, de 13/06/1997. Estabelece a política de formação e desenvolvimento do acervo documental da Biblioteca Central da Uniplac e dá outras providências.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 172**, de 22/05/2015. Define o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Uniplac.

Aprovado pelo Parecer nº 001, de 23 de fevereiro de 2016, do Conselho
Universitário – Consuni.